



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 12 de julho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Frases	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Tablets	3
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Morre ex-prefeito do município de Novo Airão, Luis Carlos Areosa	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Videolar inicia fabricação de tampas	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Laboratório auxilia empresas em testes de produtos	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Unificação do ICMS deve minar mais uma vantagem da ZFM	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Focus	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Argentina	9
ECONOMIA	
A CRITICA Exportações não param de cair	10
ECONOMIA	
A CRITICA EMPREGO	11
ECONOMIA	
A CRITICA SBPC	12
ECONOMIA	
A CRITICA NOVA CATEGORIA	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Impasse	14
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Artesanato amazonense conquista público europeu	15
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Verba de R\$ 11 mi pendente	16
DIA-DIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS AVISO DE LICITAÇÃO	17
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Comércio acende 'luz amarela'	18
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Comércio acende 'luz amarela' (continuação)	19
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Montadoras devem perder 17% de participação até 2025	20
BRASIL	

CAPA

PREOCUPADO com a manutenção das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus, o senador Eduardo Braga informou, ontem ao *Jornal do Commercio* que está se mobilizando junto ao Palácio do Planalto para que o presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia (PT-RS), apresse a definição, do relator da Medida Provisória 534.

Foto: DiariodoCongresso



Frases

Foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

O senador Eduardo Braga disse ontem que aposta na bancada federal do Amazonas no encaminhamento da reformulação da política dos tributos nacionais no Congresso, de modo a fortalecer a pretensão do Estado de fabricar bens de informática (tablets) no PIM.



“Esse escândalo precisa ficar mais claro. Foi uma vergonha para o povo amazonense, que sempre confiou a Alfredo, em seus mandatos”.

Vereador Marcell Alexandre (PMDB)

Pedindo uma investigação profunda sobre os escândalos de Alfredo Nascimento

“Se informe melhor sobre o que é medida provisória, sua imbecil!”

Deputado federal Romário (PSB-RJ)

Respondendo a alguns seguidores de seu perfil no Twitter após ter a carteira de habilitação apreendida em uma blitz da Operação Lei Seca no domingo à noite

“Não sou contra a Ponte do Rio Negro, mas o valor da obra me deixou perplexo. É muito dispêndio para poucos quilômetros de estrada”.

Vereador Mário Frota (PDT)

Questionando sobre o investimento feito na construção da Ponte do Rio Negro

Tablets

Braga articula para que relator da MP seja logo indicado na Câmara

Por Juscelino Taketomi,

Especial para o JOC

Senador disse que a indicação do relator é importante para que a bancada amazonense trabalhe mais na MP

Preocupado com a manutenção das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus no projeto de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional, o senador Eduardo Braga informou, na manhã de ontem, 11, ao *Jornal do Commercio*, que está se mobilizando junto ao Palácio do Planalto para que o presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia (PT-RS), apresse a definição, na Casa, do relator da Medida Provisória 534, que libera a produção de tablets em todo o país. Ele confirmou contato estabelecido na semana passada com a ministra de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvati, pressionando em favor da indicação do relator da MP na Câmara antes do início do recesso legislativo.

Segundo Eduardo Braga, a indicação do relator na Câmara é importante

para que a bancada federal amazonense ganhe tempo e possa trabalhar mais nos bastidores para que as propostas favoráveis à ZFM com relação à MP 534 sejam bem sucedidas. "Precisamos saber logo o nome do relator na Câmara a fim de trabalharmos com mais segurança", afirma, assegurando que a matéria necessita ser bem encaminhada na Câmara para facilitar a sua apreciação no âmbito do Senado, onde ele próprio relatará a MP. "Quando a matéria chegar ao Senado, vamos construir uma solução para que o Amazonas volte a ser competitivo nos bens de informática, conforme promessa da presidente Dilma Rousseff, pois ela disse que as vantagens da ZFM seriam preservadas", ressalta.

A propósito da promessa presidencial, o senador destaca pedido de Dilma aos ministros Aloízio Mercadante e Fernando Pimentel, que ocupam, respectivamente, as pastas da Ciência e Tecnologia, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, para que as vantagens comparativas da ZFM não fossem prejudicadas no projeto de reforma tributária em discussão no Congresso. De acordo com Braga, o pedido da presidente é importante, inclu-

sive pelo fato de os dois ministros ocuparem pastas estratégicas e serem políticos pertencentes às regiões Sul e Sudeste, com interesses contrários à ZFM. "O ministro Aloízio Mercadante é ministro do Estado de São Paulo, assim como Fernando Pimentel é ministro do Estado de Minas Gerais, ambos querem ser governadores em seus Estados, mas vamos lutar para que eles honrem a palavra e o pedido da presidente Dilma, que prometeu que o Amazonas terá a ZFM prorrogada para 2013 e estendida à Região Metropolitana de Manaus, com suas vantagens preservadas", destaca.

Apesar dos problemas devido à concorrência com as regiões Sul e Sudeste, o senador Eduardo Braga aposta no êxito da bancada federal do Amazonas no encaminhamento da reformulação da política dos tributos nacionais no Congresso, de modo a fortalecer a pretensão do Estado de fabricar bens de informática (tablets) no PIM (Polo Industrial de Manaus). Ele lembrou, nesse sentido, projeto da Samsung Eletrônicos para fabricar Galaxy de dez polegadas no PIM. "Já é certo que teremos em Manaus o Galaxy de dez polegadas, o tablet da Samsung, um bastante competitivo".

Morre ex-prefeito do município de Novo Airão, Luis Carlos Areosa

POR JUSCELINO TAKETOMI,

ESPECIAL PARA O JJC

Ex-prefeito do município de Novo Airão (a 115 km de Manaus) no período de 2001 a janeiro de 2004, o empresário Luis Carlos de Mattos Areosa, filiado ao Partido da República (PR), faleceu na noite do último domingo em sua residência, na cidade de Novo Airão, vítima de infarto fulminante. Aos 60 anos de idade, o empresário ocupava o cargo de administrador do Terminal Hidroviário daquela cidade e era um dos nomes cotados para disputar a prefeitura municipal em 2012.

Segundo familiares, o empresário já havia sofrido um infarto no dia 11 de julho de 2008, tendo sido atendido em uma clínica da capital do Estado e depois transferido para São Paulo, onde se restabeleceu depois

de passar por rigorosos exames e cuidados médicos. Fumante contumaz, Areosa fora advertido sobre suas complicações cardíacas e a necessidade de se prevenir contra problemas consequentes do cigarro. Filho de Danilo de Mattos Areosa, que governou o Estado no final dos anos 70, Areosa enfrentou uma batalha judicial contra o ex-prefeito Wilton Santos no início de 2005, na companhia do advogado e ex-vereador Aderson Mancilha, presidente do PPS em Novo Airão e seu vice naquele período. Wilton havia vencido as eleições de 2004, mas, acusado de compra de votos, foi obrigado a ceder a cadeira de prefeito a Areosa, que governou até setembro de 2005, quando uma medida liminar devolveu a cadeira a seu adversário.

Embora o Superior Tribunal Eleitoral (STF) houvesse dado ganho de causa a Areosa, nem o Tribunal de Justiça (TJ) nem o

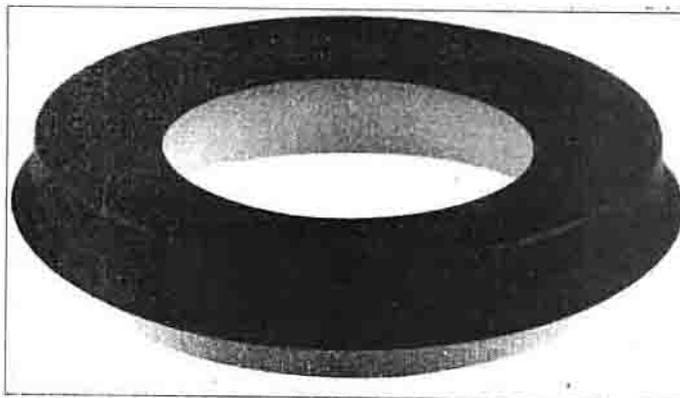
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE) obedeceram a decisão superior e permitiram que Wilton recuperasse e exercesse o mandato até dezembro de 2008, quando foi eleito o atual prefeito Leosvaldo Roque (PSDC). “Trata-se de um grande companheiro e um nome que jamais se apagará da história política de Novo Airão, do qual foi um dos melhores prefeitos, trabalhador incansável e realizador de obras que até hoje se destacam e são reverenciadas pela população do nosso município”, diz Aderson Mancilha ao JJC.

Videolar inicia fabricação de tampas

Empresa investiu R\$ 12 milhões nessa nova linha. Proposta é dobrar a capacidade de produção no primeiro semestre de 2012

A Videolar deu início à produção em larga escala de tampas para garrafas plásticas, uma estratégia de negócio que visa expandir sua atuação no setor de transformação de plásticos. “Iniciamos nossa atuação no setor de transformação de plásticos para atender uma demanda interna de estojos para CDs e DVDs. Hoje, além do consumo próprio, abastecemos o comércio de atacado e varejo com 10 milhões de peças por mês e representamos 70% do mercado nacional. Chegou o momento de conquistar um novo nicho: o setor alimentício”, explica o presidente da Videolar, Phillip Wojdyslawski.

Com investimento de R\$ 12 milhões, a empresa atuará com duas linhas Sacmi e capacidade produtiva de 80 milhões de peças por mês. O portfólio é composto pelos



Para atender as necessidades do setor, a tampa plástica terá em suas duas versões a vedação bilabial, que reduz perda de CO₂

modelos de tampas PCO 1810 e PCO 1881, formatos utilizados em garrafas de refrigerante e água mineral, sendo o PCO 1881 compatível com o novo padrão de gargalo adotado por importantes indústrias de garrafas PET.

Para atender as necessidades do setor, a tampa plástica terá em suas duas versões a vedação bilabial, que reduz significativamente a perda de CO₂ quando a garrafa é exposta a altas temperaturas (no estoque ou transporte) e garante a integridade do produto ao consumidor final. “Nossos diferenciais competitivos estão igualados aos dos maiores produtores de tampas para garrafas do Brasil. Temos a expertise

no segmento de transformação de plásticos atrelada à matéria-prima certificada, máquinas de alta tecnologia, assistência técnica especializada e agilidade na logística de distribuição”, finaliza Wojdyslawski. Além disso, as tampas serão fabricadas por meio do sistema de moldagem por compressão, a mais moderna tecnologia para produção de tampas.

A empresa planeja para o primeiro semestre de 2012 dobrar sua capacidade de produção com a aquisição de 2 novos equipamentos Sacmi. A expectativa é alcançar a marca de 10 linhas até o final do próximo ano, o que corresponde a 400 milhões de peças por mês.

Laboratório auxilia empresas em testes de produtos

Há 24 anos, a Fucapi oferece no Centro Geral de Serviços Tecnológicos controle de qualidade para empresas

POR OLÍVIA DE ALMEIDA

Atender aos parâmetros nacionais e internacionais estipulados pelas regulamentações, monitoramento da segurança e confiabilidade dos produtos são alguns dos benefícios que os empresários podem ter ao utilizar o CGST (Centro Geral de Serviços Tecnológicos). De acordo com a gerente técnica do laboratório, Hyellen Gouvêa, as empresas e entidades de comércio de produto podem ter acesso a serviços metrológicos (calibração e ensaios) e perícias técnicas (elaboração de laudos e pareceres).

Os serviços podem atestar componentes ou produtos defeituosos; Identificação e remessa para conserto ou manutenção; Avaliação de estado físico e econômico de máquinas, equipamentos e peças; Vida útil de moldes, ferramentas e produtos; Verificar a capacidade de produção instalada; E identificar e quantificar as perdas nos diversos processos produtivos existentes para atender as legislações.

A gerente conta que o Centro atende, desde 1987, não somente empresas da Região Norte, mas sim de todo o Bra-

sil. "Tem meses em que há muita demanda de análises", diz.

Criado pela Fucapi (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica), localizado na Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, 381, no Distrito Industrial, o Centro participa ainda, através de acordos de cooperação, comissões para elaboração e revisão de normas e regulamentos específicos, consultoria para avaliação de projetos e análise de laboratórios.

As atividades são desenvolvidas por uma equipe de 30 funcionários, composta por mestres, especialistas, graduados e técnicos, em 13 laboratórios, que realizam testes em isqueiros, brinquedos, água, material escolar, cartuchos de tinta, aparelhos de TV, entre outros.

O CGST estuda também a viabilidade física, técnica e econômica para a implantação de novos serviços. Algumas demandas do mercado já resultaram na implantação de serviços, por exemplo, controle de qualidade de gás carbônico, ensaios climáticos, avaliação de agentes químicos em saúde ocupacional e segurança em isqueiros.

Hyellen destaca que atual-



Foto: Djalma Junior

Instituto está com meta de ampliar o laboratório para realizar ensaios para o polo de duas rodas

mente a Fucapi possui o único laboratório do Brasil que faz testes em isqueiros. "Tanto os fabricados no país quanto os importados passam pelo laboratório para que possam receber o selo do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial)", informa a gerente.

Ela revela ainda que a Instituição está prevendo a possibilidade de ampliar o laboratório para realizar ensaios para o segmento de duas ro-

demora para o produto ser avaliado, quantos profissionais estarão envolvidos, entre outros critérios", afirma.

Steinhagen afirma que o Centro faz acordos de reconhecimento mútuo entre organismos de acreditação de laboratório. "Essa é uma das formas mais efetivas de facilitar a eliminação de necessidade de re-ensaio de materiais e produtos nos países importadores, problema identificado pela OMC (Organização Mundial do Comércio) como sendo uma das maiores barreiras técnicas para o comércio", disse.

»»» Serviço

O quê?

Centro Geral de Serviços Tecnológicos

Onde?

Avenida Governador Danilo de Matos Areosa

Contato:

laboratorios@fucapi.br
(92) 2127-3167

Unificação do ICMS deve minar mais uma vantagem da ZFM

Decisão do Confaz sinaliza ser mais uma medida a colocar o modelo em xeque

Por LUANA GOMES

Enquanto as discussões sobre os nomes que disputam o controle da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) não chegam ao fim, os questionamentos sobre a Reforma Tributária perdem espaço na região e o PIM (Polo Industrial de Manaus) entra em período dramático. Isto porque as definições que põe o modelo ZFM (Zona Franca de Manaus) em xeque ganham mais força com o passar do tempo. Exemplo disso é a determinação dos secretários da Fazenda dos Estados do Distrito Federal que, na 142ª reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), realizada no último dia 8, de unificar a alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre operações interestaduais em 4%.

Para o economista Francisco Assis Guimarães, se todo o país vai pagar exatamente a mesma quantia, o Amazonas não perde es-

paço no mercado, pois ainda conta com os incentivos fiscais como recurso de atração, que garantem a isenção das empresas instaladas.

Segundo o professor de economia da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), José Alberto Machado, apesar de o Amazonas ser o único Estado com política de incentivo legalizada, a partir do momento em que os dirigentes estaduais concordam com a medida federal, ele perde esta 'gentileza'. "Não sei como o governo entrou nessa. Tem que ter algum tipo de compensação", salientou.

Perdas e ganhos

O ministro da Fazenda em exercício, Nelson Barbosa, participou do evento e comentou que, com base nas notas fiscais eletrônicas, já se sabe quem perde e quem ganha com a padronização. Ele ressaltou que os Estados que tiverem prejuízos com a redução terão o caso tratado individualmente pela União.

Machado diz que, mesmo

com a perda diante de outras regiões, foi o Amazonas quem não se adaptou ao restante do país, já que a Reforma vem sendo discutida há bastante tempo e, ainda assim, não houve mudança no modelo e permanecem os problemas de logística, energia e internet. "Sempre vivemos em regime de exceção. Mas so-

mos parte da nação ou não?", questionou.

O secretário executivo da Sefaz/AM, Thomaz Nogueira, representou o Amazonas no encontro. O *Jornal do Commercio* procurou o representante do governo, mas, segundo sua assessoria, o secretário só poderia atender a reportagem hoje.

Por dentro

Política de desenvolvimento regional

Em junho, os secretários de Estado da Fazenda da Amazônia Legal (composta pelas unidades federativas da Região Norte, juntamente com Maranhão e Mato Grosso) elaboraram uma carta aos governadores para chegar a um consenso na maneira de desenvolver os diferentes territórios do país e acabar com a guerra fiscal.

A respeito da proposta de Reforma Tributária, a ideia era que houvesse uma Política de Desenvolvimento Regional que promovesse a ascensão do país como um todo, incluindo no debate nacional os pontos de vista e especificidades da região amazônica.

Para isso, o documento ressaltava a necessidade da criação de um fundo compensatório que cobrisse eventuais perdas de arrecadação decorrentes das mudanças na cobrança do ICMS e medidas que preservassem a competitividade da ZFM.



Em reunião realizada na semana passada, Conselho decidiu padronizar o ICMS do comércio interestadual em 4%

OPINIÃO

A medida vai ser gradual. Não se reduz alíquota do ICMS rapidamente porque causa desequilíbrio nas finanças estaduais. Temos de construir um acordo para que comece a vigorar a partir de janeiro de 2012.

Nelson Barbosa

Ministro da Fazenda em exercício

Focus

Mercado retoma projeções de aumento da inflação

Expectativa dos analistas financeiros consultados semanalmente pelo BC voltou a apontar viés de alta para este ano (+6,31%) e para o próximo (+5,20%)

O mercado financeiro elevou a projeção para a inflação em 2011 e 2012, segundo o boletim Focus, divulgado pelo BC (Banco Central). De acordo com a pesquisa, a expectativa para a inflação oficial neste ano avançou de 6,15% para 6,31%, em um patamar distante do centro da meta de inflação (4,50%). A meta tem margem de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

A projeção para 2012 subiu de 5,10% para 5,20%. No caso da inflação de curto prazo, o mercado elevou de 0,16% para 0,20% a previsão para o IPCA (Índice

de Preços ao Consumidor Amplo) de julho. Para a inflação de agosto, a taxa prevista ficou estável em 0,29%.

PIB é mantido

O mercado financeiro manteve a projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2011, de 3,94%. Para o ano que vem, a projeção para o crescimento da economia permaneceu em 4,10%. A estimativa para o crescimento da produção industrial em 2011 caiu de 3,34% para 3,28%. Para 2012, a projeção para a expansão da indústria caiu de 4,50% para 4,38%

De acordo com a pesquisa Focus, os analistas elevaram a previsão para a Selic (a taxa básica de juros da economia) para o fim de 2011 de 12,50% ao ano para 12,75% ao ano. Atualmente, a taxa está em 12,25% ao ano. A projeção para a Selic no fim de 2012 continua em 12,50% ao ano.

Para o mercado de câmbio, os analistas preveem que o dólar encerre 2011 em R\$ 1,60, mesmo patamar estimado na semana anterior. A projeção do câmbio médio no decorrer de 2011 caiu de R\$ 1,61 para R\$ 1,60. Para o fim de 2012, a previsão para o câmbio caiu de R\$ 1,69 para R\$ 1,68.

Dados

Contas externas

A previsão para o déficit em conta corrente em 2011 aumentou para US\$ 60 bilhões. Para 2012, a estimativa seguiu em US\$ 70 bilhões.

Analistas elevaram a estimativa de ingresso de Investimento Estrangeiro Direto em 2011 para US\$ 52,20 bilhões. Para 2012, a previsão subiu para US\$ 47,50 bilhões.

Argentina

País descumpre acordo para liberar cargas brasileiras

Mais de um mês após o encontro da ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi, com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, pouca coisa mudou nas fronteiras do parceiro de Mercosul em relação aos exportadores brasileiros. Na época, foi firmado um compromisso de respeito ao prazo máximo de 60 dias para liberação de produtos importados, como recomenda a OMC (Organização Mundial do Comércio).

No entanto, segundo exportadores nacionais, os produtos brasileiros continuam sendo retidos pela

burocracia argentina por períodos superiores aos aceitos pela OMC. Segundo resposta oficial, enviada pela ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), "não houve nenhuma mudança na relação comercial dos dois países. Tudo continua muito crítico".

Licenças automáticas

O mesmo ocorre no setor de calçados. O diretor executivo da Abicalçados (Associação Brasileira da Indústria de Calçados), Heitor Klein, confirma que o acordo não é cumprido. "Temos produtos es-

perando liberação desde março. Precisamos aplicar a mesma medida. Infelizmente, é a única linguagem que eles entendem", espetou.

O acordo foi firmado em 2 de junho, após um período de tensão nas relações comerciais entre os dois países, quando o Brasil decidiu retirar os automóveis da lista de produtos com licenças automáticas de importação. Mesmo sendo defendida pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) como medida cautelar para evitar o desequilíbrio da balança comercial, a iniciativa foi interpretada como retaliação pelo

governo argentino às barreiras impostas aos produtos brasileiros.

Na ocasião, os representantes da indústria dos dois países fixaram uma espécie de ato de boa vontade, prometendo flexibilizar as exigências de cada país para "melhorar a relação bilateral" e dar mais agilidade no cumprimento dos prazos estabelecidos pela OMC. Em nota conjunta, os ministros manifestaram "disposição de facilitar os trâmites para obtenção e aprovação das licenças de importação, bem como liberação dos produtos que se encontram atualmente na fronteiras dos dois países".

OPINIAO

Nada foi formalizado oficialmente, não teve nada escrito. O assunto não está resolvido, não se tem falado mais nada, mas existe muito interesse político. Infelizmente, a Argentina acha que o Brasil tem sempre que atendê-la e isso tem acontecido. É como se existisse a ameaça velada de que, quando o Brasil deixa de vender à Argentina, a China estará ocupando esse lugar.

José Augusto Castro
Presidente da AEB

Exportações não param de cair

Vendas externas do AM têm queda de 23,5% no semestre

JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Enquanto as exportações brasileiras batem recorde, as vendas externas do Amazonas continuam despencando. Em junho, na comparação com o mesmo mês de 2010, a queda foi de 29,41%. No semestre, o Estado já acumula queda de 23,51%. O Brasil, por outro lado, nunca exportou tanto: a alta no semestre foi de 38,6%. Os números são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

É verdade que um dos objetivos do modelo é substituir exportações, fabricando produtos para o mercado interno que, de outra forma, seriam importados. Assim, é natural que o Polo

Dados atualizados

Atualmente, as exportações da Zona Franca correspondem a apenas 7% das importações. Desde 2006, as importações cresceram 86,3%, enquanto as exportações diminuíram 51,3%, ou seja, caíram pela metade.

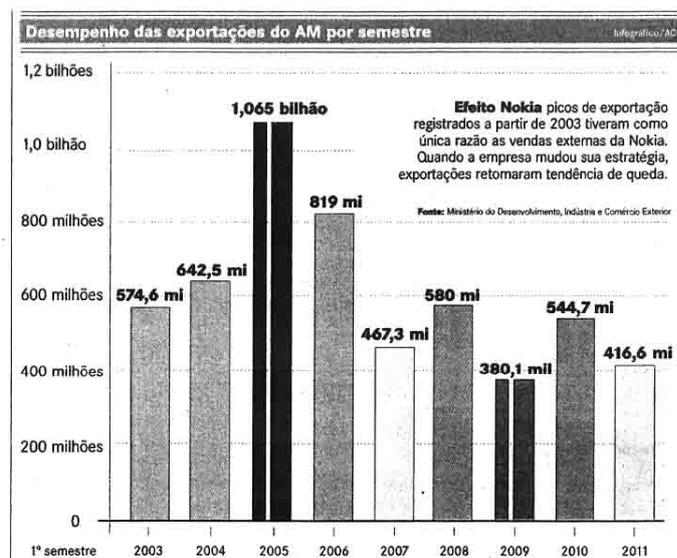
Industrial de Manaus (PIM) importe muito mais do que exporte. Mas o déficit da balança comercial do Amazonas (diferença entre importações e exportações) cresce a cada ano.

A análise dos dados revela que a Zona Franca teve um período de alta nas vendas externas a

partir de 2003, com recorde em 2005. Isso se deveu, principalmente, às exportações de uma única empresa, a Nokia. Quando a fabricante de celulares mudou sua estratégia de exportações, reduzindo as vendas a partir de Manaus, o desempenho do PIM voltou aos níveis de antes.

INDUSTRIALIZADOS

Para o professor Antonio Gadelha, do curso de Ciências Econômicas do Uninorte, é importante destacar que a Zona Franca fabrica bens industrializados de alto valor agregado e exporta uma parte da produção, enquanto o País exporta, principalmente, bens primários - as chamadas commodities - (produtos agrícolas, minérios). Assim, se a Zona Franca pudesse



exportar mais, seria benéfico para o Estado e para o País.

*Com a cotação em alta, o País consegue ter superávit maior na balança, e o comércio internacional da China está em expansão. Mas o crescimento do País

foi principalmente em produtos básicos: O Amazonas -exporta produtos industrializados. É necessário que Suframa, por meio dos órgãos que compõem o modelo, busquem e conquistem novos mercados para esses produ-

tos", avalia o professor Antonio Gadelha reconhece no entanto, que uma série de gargalos dificulta essa busca por mercados; um dos maiores é a logística da região, que não contribui para o aumento das vendas.

EMPREGO

Sine/AM tem 50 vagas na indústria

Oportunidades são para pessoas com deficiência

O Sistema Nacional do Emprego do Estado do Amazonas (Sine/AM) dispõe de 50 vagas para a função de auxiliar de linha de produção. As vagas são destinadas a pessoas com deficiência física auditiva ou visual leve. Os candidatos precisam ter concluído o Ensino Médio. Não é exigida experiência. É preciso ter cadastro no Sine para concorrer às vagas.

Se você não é cadastrado, pode fazê-lo em um dos postos do Sine/AM: na av. Joaquim Nabuco, 873, Centro (posto central); na av. Presidente Kennedy, 399, Colônia Oliveira Machado (posto Nac Sul); e na Av. Duque de Caxias, 958, no Sindicato dos

Metalúrgicos (Posto CUT).

A procura por vagas de emprego no Sine/Am é tanta que, ontem, houve até um princípio de tumulto. Até às 11h30, foram atendidas cerca de 600 pessoas. Alguns candidatos entregaram currículos e outros, que não levaram currículo, preencheram fichas para cadastramento. Os documentos serão analisados e aqueles que preencherem o perfil das vagas serão chamados pelo órgão.

Do total de 1.065 vagas oferecidas por meio do Sine, 200 são para o programa Primeiro Emprego de uma grande empresa do Polo Industrial de Manaus, que busca jovens a partir de 18 anos, sem experiência.

SBPC

Cientistas pedem análise do novo Código Florestal

Carta a ser enviada ao Senado pede a participação da Comissão de Ciência e Tecnologia na reforma do documento

ANA CELIA OSSAME*
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

GOIÂNIA(GO)-Em entrevista ontem, durante a 63ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a presidente da SBPC, Helena Nader, e o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), José Antônio Aleixo da Silva, divulgaram uma carta enviada ao Senado Federal solicitando que o texto do Código Florestal Brasileiro seja analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia do parlamento antes de ser votado pelos senadores. Em tom dramático, os dois afirmaram que se o texto for aprovado da forma como está será um retrocesso por não aproveitar, como poderia, os conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis atualmente.

"Temos poderosas ferramentas de mapeamento baseadas em imageamento de satélites e simulações computacionais, muitas delas criadas pelo empenho de cientistas brasileiros, mas a discussão se dá mais no campo político, em prejuízo da eficiência na produção agrícola e na degradação ambiental", afirmou Helena, sem esconder na indignação com esse assunto. Segundo ela, as alterações no código, que é de 1965, têm que ser analisadas ainda tanto pela Co-



O estande do Amazonas é coordenado pela Sect, em parceria com vários órgãos de ensino, pesquisa e inovação do Estado

missões de Agricultura (CRA), de Meio Ambiente (CMA), de modo a fornecer aos senadores os argumentos técnicos no momento de apreciação da matéria. Vários apelos já foram feitos

por cartas enviadas a cada senador e ao presidente do Senado, José Sarney, para que as considerações do Grupo Especial de Trabalho criado pelas duas principais entidades científicas do País para

analisar o projeto de lei, sejam consideradas. Para Nader e Aleixo, a não inclusão da Comissão de Ciência e Tecnologia na análise da reforma do Código Florestal pelo Senado significa fechar os

Saiba mais

>> Revista

A 63ª reunião da SBPC foi o palco para o lançamento da nova edição da Revista Amazonas faz Ciência, editada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). A presidente da fundação, Olívia Simão, disse que a edição valoriza os personagens que movimentam a pesquisa no Estado.

olhos aos avanços científicos e tecnológicos que o País tem conquistado e mais, desconsiderar a importância desses avanços para o desenvolvimento sustentável.

"Não podemos perder essa oportunidade única para modernizar a lei florestal. E, ironicamente, essa busca de modernização constituiu a base dos argumentos utilizados por muitos para criticar o Código Florestal de 1965, e sua versão precedente, de 1934. Por isso, a SBPC e ABC apelam para o bom senso da responsabilidade perante a sociedade e perante a história, para que os senadores incluam a Comissão de Ciência e Tecnologia no processo de avaliação do substitutivo do Código Florestal", finalizaram os cientistas.

* A jornalista viajou a convite da Fapeam.

Amazonas tem estande integrado

Com mais de 4.200 trabalhos inscritos desde a iniciação científica até de teses de doutorado, começou neste domingo a 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com uma participação expressiva de diversos órgãos de pesquisa do Estado, que está com um estande integrado com as atividades das instituições participantes do sistema. A reunião, considerada o maior evento científico do País, foi aberta pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante e pela presidente da SBPC, Helena Nader. Com o tema "Cerrado: água, alimento e energia", e vai acontecer até o dia 15 de julho na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO).

O estande do Amazonas é coordenado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Centro Tecnológico do Amazonas (Cetam), Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), entre outros órgãos. O diretor presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Val, e o reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), José Aldemir de Oliveira, destacaram a importância da reunião para a troca de experiências e exposição da produção científica do País.

NOVA CATEGORIA

Criada a empresa individual limitada

Nova legislação acaba com a necessidade de sócio para para abrir pequenas empresas no País

AGÊNCIA O GLOBO - A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem a lei que cria a empresa individual de responsabilidade limitada. A nova legislação acaba com a necessidade de sócio para abrir pequenas empresas, permitindo

que apenas uma pessoa responda pelo empreendimento.

A exigência é de que o capital social mínimo seja de 100 salários mínimos, o que atualmente representa R\$ 54,5 mil. De acordo com a ministra de Relações

Institucionais, Idell Salvatti, a sanção faz parte de um pacote de medidas na área tributária que o Governo pretende tomar para estimular o crescimento econômico. As medidas que serão adotadas nesta semana tem

a ver com a questão tributária.

REFORMA

Salvatti ressaltou que a criação da nova modalidade "é um projeto importante, interessante, que viabiliza as pessoas que

Direta e rápida



Estímulo à abertura de novos negócios

A aprovação da empresa individual de responsabilidade limitada tem como principal objetivo estimular a abertura de novas empresas, assim como a modalidade de empreendedor individual.

tem esse tipo de procedimento, que inclui benefícios tributários, fiscais".

Segundo a ministra, está sendo finalizada a discussão em torno da proposta de reforma tributária "fatiada" que o Governo Federal pretende apresentar para votação no Congresso Nacional. Para acelerar a aprovação de normas que modernizem o sistema de tributário brasileiro, o Planalto quer aprovar separadamente projetos que tenham consenso.

Impasse

Evadin vai regularizar situação de funcionários

Ainda sem definição sobre o pagamento da rescisão dos mais de 200 ex-funcionários, a Evadin se comprometeu a regularizar a situação dos 130 trabalhadores remanescentes no Polo Industrial de Manaus (PIM). A empresa garantiu que vai pagar os salários atrasados dos 90 colaboradores ainda em atividade e contratar os 40 temporários que atuam na produção de modens no parque fabril no prazo de 10 dias. De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, Valdemir Santana, a Evadin está disposta a assegurar-lhes os direitos trabalhistas, e se comprometeu a regularizar todas as pendências que prejudicam a atuação do corpo funcional.

Artesanato amazonense conquista público europeu

Grupo de artesãos participou das feiras de Firenze, na Itália, e Lisboa, em Portugal, onde a arte nativa do Estado gerou lucros de R\$ 17 mil e R\$ 14 mil, respectivamente

Após dedicarem tempo extra à participação de oficinas promovidas pelo Programa Artesanato Sustentável do Amazonas, artesãos do Amazonas levaram seus trabalhos a feiras internacionais. Firenze, na Itália, e Lisboa, em Portugal, foram as primeiras do itinerário. "Durante o tempo que passamos nas salas de aula, poderíamos estar perto dos nossos filhos, cuidando dos nossos maridos ou da casa, mas acreditamos no programa e nunca

pensei que eu poderia sair de São Gabriel da Cachoeira para vender meu artesanato fora do Brasil", disse a artesã Gilda Saraiva.

Manauense, a artesã Rosineide Santos Silva, que também esteve em Lisboa na última semana, disse que os europeus ficaram encantados com os trabalhos

nativos. "Antes de comprar as peças eles ficavam o tempo todo elogiando o nosso trabalho e faziam várias perguntas do processo produtivo que fazíamos aqui no Amazonas".

A dupla participou da Feira Internacional de Artesanato (FIL), de Lisboa, ocorrida entre os dias 28 de junho e 6 de julho. "Esse programa tem como foco oportunizar aos artesãos amazonenses a geração de renda e a melhoria na qualidade de vida, atendendo a determinação do governador Omar Aziz", destacou a presidente da Amazonastur, Oreni Braga.

Só em Lisboa, segundo as próprias artesãs, a comercia-

lização das peças artesanais gerou lucro de R\$ 17 mil. "Vale lembrar que não vendemos apenas as nossas peças, vendemos os trabalhos dos outros artistas de todos os municípios que participaram do programa", assegurou Rosineide.

De acordo com Oreni Braga, na Mostra Internacional de Artesanato de Firenze, na Itália (em maio), os artesãos chegaram a negociar cerca de R\$ 14 mil em peças.

O Programa Artesanato Sustentável do Amazonas, além de participar dessas duas principais feiras do continente europeu, foi convidado para a Import Shop (Berlim), International Arts and Crafts Festival (Jerusalém), Natural Tech (São Paulo) e Ethical Fashion Show (Paris).

Programa tem como foco oportunizar aos artesãos amazonenses a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida

Visibilidade garantida

Em busca de visibilidade e geração maior de renda, Oreni ainda apresentou uma proposta ao El Corte Inglés para desenvolver uma linha sustentável de moda – a qual se encontra em análise – e outra para a Companhia Aérea Portuguesa (TAP) – voltada para a linha de acessórios, produzida com fio de tucum ou aruma, a ser distribuída nas classes executivas e primeira classe. A proposta ainda será enviada à companhia. "A Diretoria da TAP achou interessante o projeto, o que pode agregar valor à imagem da empresa, que entra na luta pela preservação da Amazônia e da responsabilidade social.



Grupo ainda teve convites da Import Shop (Berlim), International Arts and Crafts Festival (Jerusalém), Natural Tech (São Paulo) e Ethical Fashion Show (França)

Peças vão para a Europa

No mês de maio, um grupo de empresários espanhóis do El Corte Inglés conheceu a linha de produção artesanal amazonense e encomendou quatro mil peças dos artesãos que participaram do Programa Artesanato Sustentável do Amazonas. A visita do grupo teve o objetivo de aquisição de peças características do Amazonas

para comercializá-las nas mais de 80 lojas que os empresários administram no continente europeu.

Durante a vinda ao Estado, a Amazonastur proporcionou aos empresários espanhóis conhecer in loco a linha de produção artesanal da comunidade de Nossa Senhora de Fátima, em Acajatuba, no município de Iranduba.

Verba de R\$ 11 mi pendente

Total firmado em convênio com governo federal não foi repassado ao Estado nem mesmo com a conclusão de terminais

MAYANNE BADER
Equipe do EM TEMPO
mayanne@emtempo.com.br

O Ministério dos Transportes ainda não repassou ao governo do Estado cerca de 29% das verbas de convênios referentes a quatro terminais hidroviários do Amazonas que já estão concluídos e em funcionamento. O total da verba para a construção dos portos de Tabatinga, Manacapuru, Coari e do São Raimundo, em Manaus, somam R\$ 38.917.724,86, sendo que R\$ 11.298.355,29 ainda não foram repassados à Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinf).

A informação foi dada pelo ex-governador e senador Eduardo Braga (PMDB-AM), durante entrevista a uma rádio, na semana passada.

Exemplo disso, segundo ele, é o porto do São Raimundo, na Zona Oeste de Manaus, em funcionamento desde março do ano passado, mas ainda sem receber R\$ 3.800.159,85 dos R\$ 20.866.947,92 do convênio. Neste caso, a contrapartida do Estado foi de R\$ 2.470.382,39 e a vigência do contrato vai até setembro deste ano.

O porto do São Raimundo faz a interligação com o município de Iranduba e, por consequência, com Manacapuru e Novo Airão, e conta com catracas, sistema de identificação dos viajantes e uma passarela de 120 metros construída em estrutura metálica.

ca, em forma de escadaria. Além disso, tem estacionamento e boxes para a comercialização de artesanato e comidas regionais. Cerca de 3,5 mil veículos e 20 mil pessoas utilizam o serviço das balsas do terminal hidroviário por semana.

Já o terminal hidroviário de Coari está em pleno funcionamento há pelo menos seis meses, de acordo com informações do prefeito, Arnaldo Mitouso (PMN). Para as obras do terminal, o convênio com o governo do Estado, por meio da Seinf, tinha previsão de repasse de R\$ 7.624.608,00, mas até agora só foram repassados R\$ 3.722.266,84, menos da metade da verba conveniada. A contrapartida do governo foi de R\$ 3.809.929,61 e o contrato referente ao convênio encerra dia 12 de setembro deste ano. "Quando assumi, a obra já estava em andamento. O terminal hidroviário está concluído e em pleno funcionamento há uns seis ou sete meses", afirmou.

Para o terminal de Tabatinga, o Ministério dos Transportes deixou de repassar 47% do valor do convênio, de R\$ 4.863.066,86. A data da última liberação do ministério ao governo já completou dois anos. Em 19 de junho de 2009, o Ministério dos Transportes repassou R\$ 130,2 mil para a execução da obra. O contrato será encerrado em dezembro deste ano. O governo entrou com a contrapartida de R\$ 616.361,92.

Em Manacapuru, mesmo



com o terminal em pleno funcionamento, o convênio, no total de R\$ 5.563.102,08, só foi executado em R\$ 4.235.273,21, mais a contrapartida do Estado, de R\$ 2.819.139,26. O contrato também expira em setembro próximo.

Segundo o Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>), há 27 convênios do Ministério dos Transportes com o governo do Estado, por meio da Seinf, para

a construção de terminais hidroviários em 26 municípios do Amazonas.

De acordo com a Seinf, os portos de Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Careiro da Vázea, Itapiranga e Iranduba estão com 70% das obras concluídas, incluindo as obras em terra, como prédio de administração e armazéns, e a parte flutuante. Já os portos de Canutama, Tapauá, Beruri e Codajás, estão com 74% das obras concluídas. Ca-

rauari, Guajará, São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé, Itamarati e Ipixuna têm 51% das obras dos terminais prontas. Todos, segundo a Seinf, somam R\$ 232 mi. Do total dos 27 convênios firmados entre o governo federal e o do Amazonas para a construção de terminais hidroviários, no valor de R\$ 370,1 mi, mais de R\$ 156 mi ainda estão nos cofres do governo federal.

*Colaborou Eric Gamboa

Os repasses

Município	Valor do convênio (R\$)	Valor liberado (R\$)
Coari	7.624.608,00	3.722.266,84
Manacapuru	5.563.102,08	4.235.273,21
Tabatinga	4.863.066,86	2.595.041,45
Manaus (São Raimundo)	20.866.947,92	17.066.788,07

FONTE: PORTAL TRANSPARÊNCIA (HTTP://WWW.PORTALTRANSPARENCIA.GOV.BR)

AVISO DE LICITAÇÃO



SUFRAMA
SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Ministério do
**Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Pregão Eletrônico nº 17/2011

A Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2011, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mensageiros, com o objetivo de atender as Unidades da SUFRAMA, localizada em Manaus (Sede, Prédios Anexos I, II, III e Centro de Biotecnologia do Amazonas – CBA, tudo conforme descrito no Edital e seus anexos, com abertura das propostas prevista para o dia 22/07/2011, às 10h30min (hora Brasília), no sítio www.comprasnet.gov.br, na forma do Decreto Nº 5.450/2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico.

O Edital e seus respectivos anexos estarão à disposição dos interessados no sítio www.comprasnet.gov.br a partir do dia 12/07/2011. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (92) 3321-7225, 3321-7226 ou 3321-7000 ramais 7225 ou 7226.

Manaus, 08 de julho de 2011
MARCELO SOUZA PEREIRA
Pregoeiro

Comércio acende 'luz amarela'

Daisy Melo

Da Redação

Manaus, Amazonas

Preocupados com a evolução da inadimplência no comércio varejista de Manaus, que cresceu 16% em apenas seis meses, os lojistas reduziram de 90 para 30 dias o tempo limite para enviar os dados do consumidor inadimplente ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Essa é a recomendação dada a partir de agora pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL/Manaus) aos comerciantes.

“Vamos fazer um esforço para que o comércio continue vendendo, mas que o índice de inadimplência não cresça mais”, afirmou o presidente da CDL, Ralph Assayag. Além da rapidez na

negativação dos inadimplentes, a rigidez nas consultas é outro critério sugerido aos lojistas, segundo o dirigente. “Isso dá certo. Quando o cliente vê o nome dele ‘sujo’, mais cedo ele corre atrás para acertar as contas”, comentou.

Essa atitude do comércio foi motivada pelo aumento linear da inadimplência nos primeiros seis meses de 2011, que chegou ao pico de 3,5% em junho.



CUIDADOS REDOBRADOS

Ralph Assayag diz que o comércio vai se esforçar para continuar com o mesmo nível de vendas ao mesmo tempo em que vai tentar reduzir o volume dos débitos dos clientes.

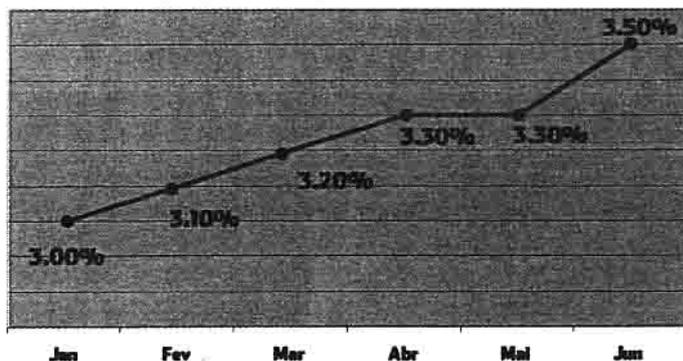
“Vem crescendo e isso é preocupante. O ‘sinal amarelo’ está aceso”, afirmou.

A extensão do prazo de pagamento, promoções ‘pesadas’ e a exposição atrativa dos produtos nas vitrines foram os fatores que levaram o comércio de Manaus a esse atual panorama, segundo o próprio presidente da CDL/Manaus.

“Apesar de o gover-

EVOLUÇÃO

Varejo está em sinal de alerta pela alta da inadimplência



no (federal) querer segurar as vendas, os lojistas querem continuar vendendo e com isso se arriscam mais”, explicou Ralph.

No mesmo mês, 40 mil pessoas entraram para o SPC.

Desse total, 55% são mulheres. “Os devedores, que têm faixa etária de 18 a 25 anos de idade, são principalmente pessoas que conseguiram o

primeiro emprego e já começaram a se endividar e precisam de educação financeira”, afirmou Assayag.

Os principais credores, segundo a CDL/Manaus, são lojas (50%), seguidos de cartões de crédito (30%), cheques (10%) e convênios (10%).

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Comércio acende 'luz amarela' (continuação)

Economista defende ação de lojistas

Para o economista Martinho Azevedo, ex-presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon/AM), a atitude do comércio visa qualificar melhor a concessão de crédito.

“É uma medida prudente para conter os prejuízos causados pelo cliente irresponsável, que não tem renda suficiente para consumir, mas compra”, disse o especialista.

Ainda de acordo com Martinho,

o consumidor deve se informar melhor sobre o uso racional do seu dinheiro. Por outro lado, o lojista não pode ‘forçar’ o consumo do cliente, pois ambos terão prejuízos, segundo Azevedo.

“Ambos sofrerão consequências negativas, tanto o lojista, que vai demorar para receber; quanto o consumidor, que pagará altos juros e multas”, disse ele.

O economista entende que uma das saídas para evitar a inadimplência é informar o cliente sobre essas ‘armadilhas’.

Direitos

Mesmo inadimplente, o cliente tem direitos, previstos no Código de Defesa do Consumidor. Antes de ser cobrado, deve ser informado, não podendo ser exposto ao

ridículo nem ser submetido a qualquer tipo de ameaça ou constrangimento ilegal. Nesse caso, a empresa pode ser processada por danos morais.

“Se o fornecedor contratar uma empresa de cobrança e ela cometer eventuais abusos contra o consumidor, quem responderá por isso será o próprio fornecedor”, afirmou a advogada Gisele Friso.

Serasa aponta alta de 22,3% até junho

O consumidor teve mais dificuldades para honrar os pagamentos no primeiro semestre deste ano, segundo mostra o Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor, que subiu 22,3% entre janeiro e junho ante igual período do ano passado.

Foi a maior alta desde 2002, com destaque para as dívidas contraídas com os bancos que aumentaram 8,1%.

Nas operações não bancárias, que incluem os cartões de crédito,

financeiras, lojas em geral e prestadoras de serviços como telefonia e fornecimento de energia elétrica e água, a inadimplência aumentou 5,4%.

O índice de cheques sem fundo aumentou 18,9%. Já os títulos protestados apresentaram um recuo de 11,7%, o que ajudou a segurar o índice médio de inadimplência.

Na comparação com o mês de maio, houve ligeira queda no indicador passando de 8,2% para 7,9%. Sobre junho do ano

passado, a taxa avançou 29,8%, variação bem acima da medida entre maio deste ano e maio de 2010 (21,7%).

Os economistas da Serasa justificaram, por meio de nota, que o crescimento da inadimplência é consequência dos “efeitos da política monetária para controle da inflação, alta dos juros, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e encarecimento do crédito”.

Para eles, deveria haver uma mudança no critério de avaliação

de risco para a concessão de crédito, seguindo a tendência mundial com base no cadastro positivo em que a análise é mais abrangente.

O valor médio das dívidas referentes a cheques sem fundos aumentou 7,0%, de R\$ 1.227,82 no primeiro semestre de 2010 para R\$ 1.313,97 no primeiro semestre deste ano.

No mesmo período, o valor médio dos títulos protestados cresceu 14,9%, de R\$ 1.156,29 para R\$ 1.328,50.

Montadoras devem perder 17% de participação até 2025

A produção de carros no Brasil deve praticamente dobrar até 2025. Segundo estudo da Fundação Vanzolini, a quantidade deve passar de 3,1 milhões de unidades produzidas no ano passado para mais de 6 milhões em 15 anos.

A participação das montadoras brasileiras, porém, deve cair ao longo desse período. Hoje, as quatro maiores fábricas de carros do País (Fiat, GM, Volks e Ford) produzem 80% dos carros vendidos no mercado interno. De acordo com as estimativas da Fundação Vanzolini, em 2025 vão passar a produzir 66% dos carros, queda de 17,5% na participação.

O estudo foi apresentado

ontem, no primeiro dia do seminário sobre o futuro da indústria da fabricação de veículos do País, em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Sindicalistas e diretores de montadoras estão discutindo formas de manter a competitividade da indústria automobilística brasileira ante a concorrência estrangeira.

Tanto os trabalhadores quanto os representantes das empresas consideram que a indústria automotora do País vive um momento difícil. Com o real valorizado e os juros em alta, compensa cada vez menos produzir carros no Brasil. Os bons salários conquistados pelos metalúrgicos ao longo dos anos também impactam nos custos da fabricação.



As quatro maiores fabricantes instaladas no Brasil respondem por oito em cada dez carros produzidos no Brasil atualmente / Foto: Paulo Pinto/AE

Esses custos são um problema para as montadoras, segundo os representantes do setor. Para os sindicalistas, uma ameaça aos milhares de empregos que o seg-

mento absorve. Por isso, patrões e empregados decidiram trabalhar juntos.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

PIB

Projeção de expansão é mantida

Analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central (BC) mantiveram as projeções de crescimento da economia. A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços finais produzidos pela economia, permanece em 3,94%, neste ano, e em 4,10%, em 2012.

A expectativa para o crescimento da produção industrial, passou de 3,34% para 3,28%, neste ano, e de 4,50% para 4,38%, em 2012.

A projeção para a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB foi mantida em 39,26%, neste ano, e em 38%, em 2012.

A expectativa para a cotação do dólar ao final de 2011 continua em R\$ 1,60.